

**Mídia Índia: ciberativismo, resistência e identidade indígena na internet***Mídia Índia: cyberactivism, resistance and indigenous identity on the internet*Júnior PINHEIRO<sup>1</sup>**Resumo**

Em tempos de ameaças e perdas de direitos, um grupo de comunicadores e ativistas indígenas de várias etnias se organizou coletivamente para produzir e divulgar conteúdos afirmativos acerca das populações tradicionais do Brasil. A iniciativa, chamada de Mídia Índia, recorre ao mídiativismo e ao ciberativismo para reafirmar o valor das suas identidades, culturas e costumes, para resistir aos diversos tipos de violência e exclusão a que estão sujeitos e para oferecer informações relevantes e versões próprias das notícias veiculadas pela imprensa tradicional, enfrentando a invisibilidade e preconceito da grande mídia. O presente artigo, de caráter exploratório, realiza uma aproximação preliminar com o fenômeno em tela, a fim de conhecer seus objetivos e práticas e de propor um olhar sensível para os conteúdos e mensagens midiáticas produzidas pelas comunidades indígenas.

**Palavras-chave:** Mídia Índia. Ciberativismo. Identidade. Folkcomunicação.

**Abstract**

In times of threats and loss of rights, a group of indigenous activists and communicators of various ethnicities collectively organized to produce and disseminate affirmative content about the traditional populations of Brazil. The initiative, called Mídia Índia, uses media activism and cyber activism to reaffirm the value of their identities, cultures and customs, to resist the different types of violence and exclusion to which they are subject and to offer relevant information and their own versions of the news broadcast. by the traditional press, facing the invisibility and prejudice of the mainstream media. This exploratory article makes a preliminary approach to the phenomenon in question, in order to know its objectives and practices and to propose a sensitive look at the contents and media messages produced by indigenous communities.

**Keywords:** Mídia Índia. Cyberactivism. Identity. Folkcommunication.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFPB). E-mail: videologias@gmail.com

## Introdução

Em 2011, publiquei artigo intitulado Aldeia Digital, a fim de investigar o projeto Índios Online, que produzia conteúdos comunicacionais, de forma colaborativa, integrando comunidades indígenas do Nordeste brasileiro, reafirmando suas identidades e lutas e difundindo-as por meio da internet. Na ocasião, destaquei o pioneirismo da iniciativa em várias de suas características, mesmo não sendo a primeira ocorrência de produções de mensagens midiáticas realizadas pelos povos originários do Brasil.

Uma década depois, a tecnologia avançou a passos largos e, ainda que sua distribuição não se dê de forma justa e igualitária, permitiu maior acessibilidade aos meios informacionais, assim como facilitou a apreensão das técnicas operativas dos dispositivos, cada vez mais intuitivos e portáteis. Se antes uma câmera chegava a pesar mais de cinco quilos e sua bateria durava poucas horas, ou um computador precisava estar alojado num espaço físico quase que permanente, hoje podemos levar um verdadeiro estúdio de televisão na palma da mão, capaz de registrar imagens e sons, editá-los e transmiti-los em tempo real, por horas, ainda que não haja energia elétrica.

A convergência e a mobilidade dos meios, ao tempo em que, infelizmente, permitem a divulgação de inverdades, preconceitos e desinformação, também possibilitam espaços afirmativos para a transformação social, por meio da informação e da comunicação, enquanto elementos de uma educação emancipatória que conduz ao protagonismo. Essa cultura *mobile* potencializa os movimentos reivindicatórios e abre caminhos para que outros atores sociais apresentem suas lutas e demandas.

Se historicamente as populações marginalizadas sempre empreenderam formas de comunicar para resistir, difundir e preservar tradições e conhecimentos, a cultura *mobile* vem incrementando a ação dos ativistas midiáticos, ampliando o alcance de sua voz, frente ao silenciamento histórico das minorias, e demarcando importantes espaços de expressão, denúncia e participação decisória e cidadã, nos processos democráticos.

Uma década depois de escrever sobre o projeto Índios Online, realizo uma investigação inicial a respeito da Mídia Índia, um novo espaço de protagonismo e voz, empreendido por jovens indígenas de várias etnias e voltado à participação social, à formação e ao ativismo político, assim como à preservação de sua cultura e reafirmação identitária. Em tempos ciberculturais, demarcar as telas é condição tão vital para a resistência e sobrevivência dos povos originários quanto a demarcação de terras.

## Comunicação contra-hegemônica e ciberativismo

Durante o processo de colonização, a economia brasileira se desenvolveu a partir do pensamento mercantilista europeu, fundamentado na exploração e no enriquecimento rápido, em detrimento do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável e bem estar social. Entender esse contexto nos proporciona uma interpretação coerente acerca da nossa realidade social. O modelo econômico adotado no Brasil, especialmente entre o século XVI e XIX, baseado na monocultura, na exploração voraz das riquezas naturais, no latifúndio e na escravização de povos africanos ou originários do território brasileiro, traz sérias consequências socioeconômicas e políticas até os nossos dias.

Os problemas históricos da ausência de políticas públicas de inclusão, da distribuição de renda e do acesso à educação e informação potencializam as desigualdades sociais e evidenciam a concentração de riquezas materiais e imateriais nas mãos de grupos reduzidos. A situação não é diferente quando analisamos o acúmulo e a centralização dos principais meios de comunicação do país, nas mãos de poucas famílias e empresas, prejudicando o direito humano à comunicação e à liberdade de expressão e escancarando ainda mais o cenário de disparidades sociais.

Segundo Dênis de Moraes (2013), esses grandes grupos midiáticos operam por meio de um sistema efetivo e dominante que rege habilmente os processos de produção material e imaterial, no qual eles detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas, e definem estratégias de longo alcance capazes de viabilizar ações e transmitir significados e valores que organizam a vida social. O controle sobre a informação pré-fabricada tem como intuito interferir e moldar o pensamento e a opinião pública, seja com objetivo de propiciar a submissão político-ideológica, seja para persuadir ao consumo.

Muniz Sodré (2010) se refere a esse fenômeno como sendo uma espécie de monopólio da fala, em que a centralização da mídia nas mãos das elites financeiras do país e a conseqüente supremacia do pensamento econômico liberal, aliado às visões socioculturais moralistas e conservadoras acaba por produzir uma síntese hegemônica dos discursos que amplia os processos de marginalização e invisibilidade social.

O referido monopólio midiático se apresenta como mais uma forma de dominação sobre os grupos sociais subalternos, em completude a outras tantas formas semelhantes. Quem dispõe dos meios hegemônicos é a mesma classe que dispõe também

do poder político e dos meios de repressão e coerção. Essa estrutura é responsável também por assegurar e manter as relações de propriedade e produção, nas quais os grupos dominantes detêm os meios e o poder de obter consenso ativo sobre o dominado (COUTINHO, 2014).

Em tal conjuntura, a estrutura das mensagens se orienta pelas demandas da publicidade, atuando em favor do capital industrial, como instrumentos de hegemonia ideológica. Dessa forma, os conteúdos são produzidos em forma de mercadoria, com vistas a atrair consumidores. Por isso, mesmo quando representa certos aspectos socioculturais, de determinadas camadas sociais, o faz sem se aprofundar em debates acerca das estruturas e dos processos históricos que conduziram àquela realidade.

Como alerta Jadir Pessoa (2018), a concentração de poder e o controle quase intransponível da comunicação de grande alcance não permitem muitos espaços afirmativos para a cultura popular, nem para o cotidiano dos grupos marginalizados e o saber que se cria e se recria nas condições subalternas, negando a essas populações suas potencialidades e contribuindo para o aniquilamento de suas identidades.

O apagamento de identidades e culturas, assim como o silenciamento de vozes dissonantes e incômodas apontam para o alerta feito por Chimamanda Adichie a respeito do perigo de uma história única, como consequência direta do acúmulo de poder político e econômico, de modo semelhante à situação dos conglomerados midiáticos brasileiros. Para a escritora nigeriana, a concentração de poder permite aos grupos dominantes não apenas contar a história de outrem, mas fazer com que esta seja socialmente aceita como definitiva. Por meio de informações incompletas, versões comprometidas dos fatos e uso de estereótipos, a história única consequentemente rouba a dignidade de certos indivíduos e grupos (ADICHIE, 2019).

Na contramão desse processo, os grupos marginalizados, rurais ou urbanos, sem acesso ou representação na mídia hegemônica, seguem buscando desenvolver, em meio à sua cultura e valendo-se das ferramentas e artefatos disponíveis, estratégias para a preservação de sua memória e o compartilhamento de informações, ideias e opiniões.

Beltrão (1980) denomina Folkcomunicação a este conjunto de estratégias, cujo intuito não é o de apenas preencher o hiato informacional, mas também as demais funções comunicacionais, como a socialização, a educação, a diversão, a reflexão crítica acerca do cotidiano e a organização em torno de demandas da comunidade.

A Folkcomunicação permite espaços de expressão alternativos para vozes antes silenciadas e ignoradas pelas organizações convencionais de comunicação, levando em

conta os contextos regionais, as circunstâncias sociais e a diversidade de pontos de vista. Essa verdadeira comunicação do oprimido oferece rotas de comunicação alternativa para ao menos atenuar a profunda desigualdade informacional e assegurar o direito humano de falar e contar sua própria história.

Outro fato relevante nos meios folkcomunicacionais é a linha tênue que separa os usuários ativos dos meios e aqueles que produzem mensagens e sentidos. Como se baseia em práticas culturais populares, onde todos podem tomar parte, assim como na vida comunitária dialógica, há espaços e incentivos à participação e redução da hierarquização, muito comum em mídias tradicionais.

Em consonância ao pensamento de Beltrão, Moraes (2013) e Downing (2004), ao se referirem às práticas comunicacionais de resistência e contrapoder, apontam que seu diferencial está além dos conteúdos das mensagens ou do domínio dos meios de produção. Ambos destacam também as formas de organização e mobilização, em paralelo às posturas éticas e a compreensão real do horizonte emancipador.

Ao questionar, radicalizar e propor uma reflexão sobre os métodos de produção, as práticas contra-hegemônicas desafiam o *status quo* político, o sistema produtivo e a estrutura de trabalho voltada ao mercado, expressando uma visão alternativa às perspectivas preponderantes e oferecendo possibilidades de transformação baseadas em colaboração e solidariedade.

Grupos de ativistas populares e produtores de conteúdo, ao elaborarem conteúdos alternativos a partir de suas próprias visões de mundo, abrem espaços para a discussão da vida comunitária e dos problemas locais e globais que afligem suas realidades, ao tempo em que propõem soluções e reivindicam ações do poder público, assumindo o mesmo protagonismo e importância que qualquer outra instituição contra-hegemônica, como um partido, um sindicato, ou um conselho (DOWNING, 2004).

Não se trata apenas de emitir mensagens e opiniões, mas em estabelecer formas comunitárias de insubordinação, resistência e sobrevivência, frente à invisibilidade da história oficial, da hostilidade veemente da mídia hegemônica, das violências e expropriações do capital ou das repressões do Estado. É na cultura popular, no comunitarismo e nos movimentos sociais que a comunicação do oprimido atua, como poderosa estratégia subversiva de luta por liberdade e justiça.

Em sentido geral, eis a tarefa da comunicação contra-hegemônica: reivindicar o pluralismo e o valor das histórias e culturas e motivar-nos à reflexão sobre o mundo vivido. É isso que distingue os seres humanos como sujeitos capazes de interferir em seus próprios destinos, vergando a passividade e recusando as razões do mercado como bússolas para a vida social (MORAES, 2013, p.107).

O avanço tecnológico e a crescente presença da internet no cotidiano têm impactado também o ativismo social e a mídia contra-hegemônica. Tradicionalmente, os ativistas midiáticos exerciam funções de mediadores, analistas, repórteres ou documentaristas dos fatos da atualidade. Contudo, segundo Downing (2004), duas circunstâncias estão transformando isso. Em primeiro lugar, por meio das redes e mídias sociais, mais indivíduos têm a oportunidade de se expressar diretamente, por meio de conteúdos publicados no ciberespaço, ampliando a noção de dar voz aos que não a têm para a estratégia de deixar as pessoas falarem por si mesmas.

Em segundo lugar, diante do atual cenário socioeconômico e político, especialmente diante da onda reacionária que ganha forças, em várias partes do mundo, os ativistas sociais estão cada vez mais na defensiva, defendendo os direitos humanos e as liberdades civis, ao tempo em que lutam para evitar retrocessos nas conquistas anteriores. Nesse contexto, praticamente se desvanecem as fronteiras entre os papéis dos ativistas sociais e dos produtores de comunicação contra-hegemônica.

Para Downing (2004), a internet veio incrementar, não substituir, as formas essenciais de organização, mobilização e produção de conteúdo. Seu uso é crescente, mesmo em regiões rurais e empobrecidas, onde abrem novas possibilidades, ao mesmo tempo em se fundem às mídias tradicionais, tornando-se um instrumento valioso, mesmo para aqueles que não possuem acesso direto, ou detêm recursos parcos.

A internet representa uma nova era para a mídia alternativa. Sendo uma infraestrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, ela promove um período de convergência das tecnologias de mídia. Ao proporcionar a transmissão fácil de textos simples, bem como os meios de combinar e recombinar uma série de formatos de mídia e atores sociais, permite a distribuição de conhecimentos e recursos a quase todos os lugares do globo, de maneira até então inédita (DOWNING, 2004, p. 270).

Esse potencial, mesmo com os limites e questionamentos que se possam levantar, pode ser empregado na concretização de lutas e transformações sociais, especialmente na formação de novas esferas de ação comunicativa por movimentos

populares, inclusive pela possibilidade de rejeição dos controles ideológicos da mídia convencional, que se dá por meio da ambiência descentralizada e interativa do ciberespaço, renovando as formas de produção e circulação de informações, em moldes colaborativos e não lucrativos, ao tempo em que criam canais para contestações e temáticas relacionadas à cidadania e aos direitos humanos (MORAES, 2013).

Apesar carência de ofertas de boas conexões, em algumas regiões, ou a privação econômica de certos grupos subalternos, que impede a aquisição de tecnologia, não se pode negar o fato de que esta é a primeira vez na história em que um veículo informacional e comunicacional se mostra acessível a um vasto número de indivíduos e coletivos, em todo o mundo, permitindo a circulação global de informação. Outro aspecto relevante é o papel ativo da audiência, a qual passa a possuir um controle maior sobre a produção e o consumo, mesmo que ainda longe do ideal, por meio do qual é possível selecionar informações e burlar mecanismos e práticas censórias.

Em sua irrefreável expansão, a internet constitui hoje uma arena de embates pela hegemonia cultural e política, da qual já não podemos abrir mão, em qualquer dos horizontes abertos ou requeridos pelo pensamento crítico. No ecossistema virtual, desenvolvem-se práticas comunicacionais viabilizadas pelo desenvolvimento contínuo de tecnologias – desde a multiplicação de espaços para expressar/interagir opiniões e preferências em redes sociais até a convocação, articulação, cobertura e socialização de atos públicos, protestos e manifestações em tempo real – como um simples *tuitaço* com hora marcada ou a reação simultânea em cadeia quando curtimos ou compartilhamos um *post*. Os conteúdos são produzidos e veiculados sem relação de dependência a matrizes fixas de emissão e enunciação (MORAES, 2013, p.103).

Castells observa que atualmente os meios de comunicação alternativos estão no centro das ações dos movimentos sociais, sendo difícil pensar atividades de organização e mobilização sem o uso dos mesmos, cujo raio de ação é catalisado e potencializado pela internet. As redes, um novo lugar público, são espaços de comunicação autônoma e “a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (2013, p.20).

Produto das transformações e ressignificações advindas com a cibercultura, o ciberativismo pode ser entendido como um conjunto de ações, discursos e práticas em defesa de questões afirmativas ou pelos direitos de minorias sociais, étnicas e econômicas, realizadas por meio da Internet, valendo-se das mídias sociais para difundir ideais,



desenvolver consciência crítica e gerar mobilização e adesão de ativistas aos mais diversos pleitos (CASTELLS, 2013).

Espontânea, essa organização em rede permite novas configurações, ampliação das pautas, diálogos entre movimentos diversos, mobilização em nível global, produção de conteúdos e sentidos de forma colaborativa e ausência de uma liderança definida, partindo do princípio da horizontalidade das redes, o que favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade liderança formal.

A organização livre e horizontal permite maior autonomia dos seus ativistas, ao tempo em que convida mais indivíduos à participação e abre espaço para que novos protagonistas despontem. Ao não se sentir representado pelos espaços existentes, os atores sociais podem criar os seus, divulgando sua própria informação. A autonomia se mostra a base da ação coletiva, ao tempo em que contribui para a reafirmação das identidades e para a construção de significado.

O sociólogo espanhol destaca que os movimentos tradicionais se organizam em torno de lutas coletivas de classes e categorias. No entanto, os novos movimentos sociais, na era da informação, se mobilizam essencialmente em torno de valores culturais, por meio de processos de identificação, fortalecendo e reafirmando identidades e lutando para mudar os códigos de significação nas instituições e práticas sociopolíticas, inclusive em caráter global (CASTELLS, 2003).

Aliás, o ciberativismo consegue ser um movimento global, ainda que lute contra a globalização da cultura, ou da economia. Aliás, os movimentos sociais ampliam sua influencia quando são, ao mesmo tempo, enraizados em seu contexto local e voltados para um impacto global. Isso não impede ações locais, quando necessárias, como a ocupação de espaços tradicionais, como praças e ruas, por exemplo, ainda que também construam um espaço público virtual.

Ao se organizar numa ágora mundial, o ciberativismo se fortalece e ressignifica ao identificar demandas e bandeiras de lutas semelhantes, em outras partes do mundo. Os movimentos se unem em torno de pautas semelhantes e buscam mobilização e impacto universal. Afinal, se os poderes contra os quais reivindicam estão hoje organizados universalmente – como o caso dos conglomerados midiáticos ou financeiros – também os movimentos precisam se fortalecer e atuar em igual escala.



## Comunicação indígena

Quando Adichie (2019) alerta para o perigoso exercício de poder simbólico, por parte dos grupos dominantes, capaz de apagar identidades e culturas, e silenciar as vozes das minorias, precisamos levar em conta que, no Brasil, possivelmente os grupos que mais sofreram – e ainda sofrem – com tais procedimentos, são os povos indígenas do território brasileiro, os quais têm sido deliberadamente expostos a todo tipo de violência, privação e degradação, desde as invasões européias do século XVI.

Vítimas da intolerância, ignorância e preconceito; ora vistos como selvagens, boçais e rudes, carentes de assimilação e civilização, ora apontados como entraves à ocupação das terras e ao desenvolvimento nacional; os povos indígenas seguem vítimas de uma sociedade preconceituosa e com visão colonialista. Soma-se à política sistemática de emudecimento e obliteração a constante e danosa produção de estereótipos acerca de suas práticas e costumes, que segue alimentando ódio, desprezo e preconceitos, além de cristalizar a insensibilidade social a respeito dos constantes atos de genocídio a que tais grupos são submetidos.

Como nos aponta a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2012), a história de resistência e luta dos povos indígenas, no Brasil, vão além das justas reivindicações ligadas ao reconhecimento e proteção de seus territórios tradicionais. Elas dizem respeito também às bandeiras sociais e políticas ligadas aos direitos à diversidade, cultura e manutenção de suas tradições. Apesar da Constituição de 1988 estabelecer conquistas importantes, em resposta a algumas disputas seculares, ainda há muito que ser feito e assegurado. Soma-se a isso os constantes ataques aos direitos, invasão de seus territórios e retrocessos diversos dos quais são vítimas, especialmente nos últimos anos.

Quando discutimos protagonismo indígena, não estamos falando apenas do fato de criar, construir ou ocupar espaços, mas de formas de participação ativa que desenvolvam um novo cenário político. A busca por mecanismos alternativos na área de comunicação tem como maiores objetivos criar ferramentas de conscientização, participação e defesa dos povos e conquistar o direito à autonomia para construir sua própria narrativa, de forma verídica e responsável (CUNHA, 2012).

A presença dos povos originários nas mídias alternativas é cada vez mais visível e crescente, tanto no Brasil quanto na América Latina. Seja por meio de rádios comunitárias, audiovisual, ou da internet, os indígenas, em especial a juventude, têm

ocupado importantes espaços, como produtores de conteúdo sobre eles mesmos. Assim, confrontam a lógica colonialista que os coloca sempre em posição de dependência de intérpretes, narradores e mediadores externos para se relacionar com outros grupos sociais e culturais, ou para apresentar suas demandas e opiniões (OLIVEIRA, 2014).

Ao se apropriarem de tecnologias, as resignificam para criar canais de comunicação internos e externos, falando para sua própria comunidade, para outros povos, mesmo aqueles que estão geograficamente apartados, e para as populações urbanas. Isso permite, além da autonomia da narração de si e por si, possibilidades de articulação, mobilização e partilha de saberes e informações.

Essa troca de conhecimento possibilita um rápido desenvolvimento técnico e operacional dos dispositivos de produção, ao tempo em que também incrementa as atividades políticas dos movimentos por direitos, especialmente por conta da maior percepção de seus problemas, divulgando dados importantes, propondo soluções conjuntas e superando antigos obstáculos à articulação política, como as longas distâncias e a inexistência de canais de diálogo entre as aldeias.

De acordo com Bruno Oliveira (2014), três palavras-chave são imprescindíveis para entendermos a importância da comunicação para os povos indígenas do Brasil: silêncio, diferenças e colonialismo. O silenciamento dos povos originários brasileiros é algo tão contundente e cruel que, mesmo quando um indígena ocupa algum espaço de voz – geralmente concedido por grupos hegemônicos – isso contribui para sua exclusão social, como quando se candidata a cargos públicos, por partidos de clara atuação contra os interesses de seu grupo étnico.

O segundo ponto é a diferença. Como apresentar e reafirmar sua identidade, em meio a uma cultura massificada e elitizada? Ainda que a identidade étnica seja uma diferença consolidada, acaba por refletir uma expectativa perversa que imobiliza a expressão identitária. A necessidade de ser diferente induz, muitas vezes, os sujeitos à aceitação de estereótipos que foram criados, em outros tempos, para desqualificar os indígenas reais, destruir seu modo de vida e se apropriar de suas riquezas. Além disso, num país que conta com mais de 300 povos nativos, uma identidade genérica contribui para o apagamento das culturas e tradições locais.

Por fim, a ideia de colonialismo nos apresenta atualmente um modelo de capitalismo baseado em noções de progresso e consumo que são vendidas às populações de várias partes do mundo, criando mecanismos hegemônicos e uma estrutura perversa de lucro que destrói o planeta e aumenta a miséria e a fome. Diante desse quadro, os povos

indígenas, cujas tradições estão baseadas no convívio comunitário e na relação sustentável de respeito e cuidado para com os recursos naturais, podem oferecer respostas e alternativas para questões ambientais urgentes.

O longo processo de expropriação das terras indígenas, os genocídios, a progressiva destruição das culturas e das línguas indígenas, assim como as barreiras montadas, ainda hoje, para evitar que o indígena tenha acesso a recursos disponíveis ao restante da sociedade são exemplos clássicos da chamada atitude colonial. Para reverter esse processo é preciso reinventar a emancipação social através de novas teorias críticas. Precisamos entender as raízes reais do silêncio e do apagamento das diferenças para propormos formas diferentes de organização social (OLIVEIRA, 2014, p.25).

Possíveis saídas para tal questão estão conectadas a outras três palavras-chave, as quais nos ajudam a encontrar, na comunicação contra-hegemônica, caminhos para romper com os problemas apresentados: mobilização, associativismo e redes. Estes termos estão vinculados aos usos da comunicação, a fim de romper o silêncio desqualificante e colonialista, e que está baseada na organização em redes locais e globais, e na associação com aqueles que partilhem dos mesmos ideais, utilizando as ferramentas e meios disponíveis para conscientizar e mobilizar (OLIVEIRA, 2014).

Falar em comunicação indígena é falar em ações midiáticas que sejam norteadas por midiativistas indígenas e motivadas por seus interesses. Pessoas e instituições, com interesses semelhantes, podem contribuir, em diversas formas, mas o protagonismo e as decisões editoriais precisam estar nas mãos dos primeiros, pois são estes que estão no centro das disputas por legitimidade e representação.

### **Uma trajetória da comunicação indígena**

Entre as iniciativas anteriores de comunicação indígena, é notório o papel de algumas experiências. O projeto Vídeo nas Aldeias, por exemplo, foi reconhecido e premiado em várias partes do mundo, inclusive pela UNESCO, por sua contribuição à preservação do patrimônio imaterial e à promoção do respeito à diversidade cultural. Idealizado pelo antropólogo e documentarista Vincent Carelli, a partir de uma atividade realizada pela ONG Centro de Trabalho Indigenista, em 1986, o projeto visava o fortalecimento da identidade dos povos indígenas, o registro de sua cultura e cotidiano e a formação do olhar cinematográfico.

O início de suas experiências, na segunda metade dos anos 1980, se dá num contexto de crescimento do movimento de vídeo popular, no Brasil, em que várias organizações, instituições e grupos sociais e políticos passaram a se valer da popularização das tecnologias e recursos audiovisuais para promover e incrementar debates sobre questões sociopolíticas e reivindicar direitos ou organizar frentes de participação decisória, numa democracia que renascia, no Brasil.

O projeto Vídeo nas aldeias iniciou sua trajetória filmando o cotidiano de algumas etnias, fazendo exposições dos resultados às suas populações. Num segundo momento, passou a oferecer oficinas de produção audiovisual, nas próprias povoações, em que os sujeitos podiam aprender desde a elaboração de um roteiro à edição. A partir daí, periodicamente a equipe da ONG retornava às aldeias abrangidas pelo projeto para levar equipamentos e possibilitar a gravação daquilo que os moradores locais considerassem importante para eles, como festas, costumes e seu cotidiano.

É preciso ressaltar que as últimas décadas do século XX assistiram a um crescimento do interesse analítico a respeito da potência e dos efeitos das imagens, na cultura contemporânea, inclusive como meios de informação, pensamento e elaboração das identidades, do conhecimento e do estranhamento do outro e de si. Nesse cenário, Ivana Bentes (2004) destaca que a importância desse projeto está além da produção audiovisual feita pela equipe do projeto, mas na formação de uma geração de realizadores indígenas que puderam fazer uma espécie de auto-etnografia, ao criarem documentários sobre si e suas realidades, passando de objetos a sujeitos do discurso.

Arlindo Machado (1993) apontou para as possíveis interferências que as máquinas de produzir imagens poderiam ocasionar nos costumes dos povos indígenas, como as alterações no fluxo das memórias, com o registro de vozes, pessoas e acontecimentos; ou as intervenções nas maneiras de conceber e representar o mundo, gerando modificações penetrantes e irreversíveis na sua cultura. Ao mesmo tempo, ao dominar as tecnologias de enunciação, poderiam transformá-las em dispositivos de expressão originais e singulares, em prol de sua luta política emancipatória.

No entanto, apesar do pioneirismo e da inovação, é preciso apontar que o projeto VNA estava, ao menos em sua primeira fase, mais próximo da concepção de filme etnográfico – ainda que nos moldes de uma etnografia participante – que da concepção de mídia radical alternativa. Mesmo com a aproximação e interação com os sujeitos e o convite à participação na elaboração dos filmes, não houve maiores espaços de

protagonismo nas realizações dos mesmos, tampouco a iniciativa de se apropriar das tecnologias e de produzir conteúdos partiu dos povos indígenas.

Outro projeto, o Índios Online, se destaca principalmente pela iniciativa que se origina na demanda por espaços de informação e expressão que grupos de várias etnias e regiões geográficas identificaram, em suas atividades políticas, buscando organizar-se coletivamente para adquirir dispositivos, conhecimentos técnicos e abrir espaços de difusão do conteúdo produzido e trocas de saberes (PINHEIRO, 2011).

Em 2001, a ONG *Thydêwás*, nome que significa esperança da terra, surgiu com intuito de mediar o intercâmbio entre os povos nativos do Brasil, promovendo sua interação por meio da troca de conhecimentos históricos e culturais e coletando informações acerca da atual situação político-social de cada aldeia. Também visava servir como canal para denúncias de possíveis violações dos direitos indígenas. A fim de facilitar o contato entre comunidades distantes, a ONG criou um portal no ciberespaço, onde se reúnem dados e divulgam-se notícias sobre esses povos.

Num segundo momento, através de parcerias, patrocínios e incentivos governamentais, a *Thydêwás* conseguiu disponibilizar a cada aldeia um computador e uma câmera fotográfica digital, além de capacitar as lideranças e alguns moradores das localidades no uso dos equipamentos para produção de conteúdos. Muitos indígenas atuaram nesses processos, como monitores e multiplicadores de conhecimentos técnicos, qualificando outros para uso das tecnologias da informação disponíveis.

Numa época em que os *smartphones* ainda não estavam disponíveis no mercado, a ação denominada Celulares Indígenas utilizava aparelhos telefônicos móveis, com câmeras simples, para fazer fotos e vídeos, registrando desde manifestações culturais a intervenções violentas dos poderes públicos. Esses materiais eram disponibilizados no site, ao lado de vídeos de apoio às lideranças presas em mobilizações políticas e das versões indígenas dos fatos que contrapunham as versões oficiais. Assim, o portal se transformou, à época, numa espécie de agência de notícias.

Além do portal, outros espaços alternativos de expressão foram abertos pelo projeto, como rádios comunitárias, instaladas em territórios indígenas e canais em mídias sociais. A importância do portal está vinculada à necessidade dos povos originários em se comunicar, fazer narrativas de si e dos seus e contar suas histórias, assumindo lugares de protagonistas e abrindo oportunidades de participação, enquanto lugares de poder, aos integrantes das etnias envolvidas com o projeto, ao tempo em que também dialogam com a memória de seus povos e com seus patrimônios culturais.

Outras iniciativas também devem ser mencionadas nessa trajetória, tanto as engendradas por instituições externas, quanto as pensadas por organizações internas dos povos indígenas, na tentativa de utilizar as tecnologias da informação para produzir e disseminar suas culturas e lutas, demarcando territórios também no mundo virtual. Em meio à primeira característica, destacam-se o Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, ligado à UFRJ; ou o Conselho Missionário Indígena da CNBB, que disponibilizam informações da temática em seus sites institucionais.

Já entre as próprias organizações indígenas, mantêm páginas na internet, com conteúdos que abordam interesses e questões dos povos de várias etnias, a Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; o Museu Maguta do Povo Ticuna; e articulações, federações e conselhos indígenas estaduais ou regionais, como a Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; ou a Apoinme – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, entre outras (OLIVEIRA, 2014).

### **Mídia Índia**

Em meio aos retrocessos, violências e perdas de direitos que vêm acometendo os povos indígenas, no Brasil, cresceu também a demanda por voz, reconhecimento e troca de informações, entre as várias nações presentes no território nacional. Para completar, a grande mídia segue ignorando, ou cobrindo de forma incipiente, as questões que envolvem os povos originários. Para oferecer canais de voz e visibilidade aos povos tradicionais, em suas ações de luta e resistência, que surgiu a Mídia Índia.

Idealizada em 2017, por Erisvan Bone – indígena guajajara maranhense, formado em jornalismo, juntamente com jovens de outras etnias, durante o acampamento Terra Livre – a iniciativa recorre às tecnologias midiáticas atuais para ocupar espaços de expressão, a fim de reafirmarem suas identidades e culturas e realizarem uma comunicação feita por e para indígenas, utilizando suas próprias linguagens, a fim de comunicar suas próprias narrativas (MÍDIA ÍNDIA, 2017).

Inserida num projeto maior chamado Coisa de Índio, a Mídia Índia já recebeu diversos prêmios, seja em festivais e mostras, seja pelas ações da iniciativa, como o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos 2020, outorgado pela Fundação Casa América Catalunya, da Espanha. A honraria internacional, que também já foi concedida às Abuelas de Plaza de Mayo, da Argentina; ou ao bispo Dom Pedro Casaldàliga, do Brasil, foi

entregue aos comunicadores indígenas por sua valiosa contribuição à divulgação da realidade dos povos originários da Amazônia, em um momento de crise humanitária, violências, retrocessos políticos e agressões ambientais (BRASIL, 2020).

A ação, que começou numa página do Facebook, está hoje presente em outras redes, como o Twitter, o Instagram e o Youtube, somando mais de duzentos mil seguidores inscritos. A republicação de seus conteúdos, por outros portais e meios de comunicação, aumenta ainda mais a abrangência de seus conteúdos. Além disso, a MI mantém no ar, via *streaming*, uma rádio web, com programação que vai desde entrevistas a transmissões de eventos das comunidades.

A plataforma de comunicadores indígenas funciona hoje mais ou menos nos moldes de outra iniciativa contra-hegemônica, a Mídia Ninja, apostando na produção colaborativa, descentralizada, estruturada em rede, baseada em produções locais com alcance global e contando com vários ativistas atuando, ao mesmo tempo, em lugares geograficamente distantes, cobrindo suas regiões e compartilhando os conteúdos.

Atualmente, mais de cem comunicadores, a maioria jovens, fazem parte da equipe de produção, com destaque para espaço de protagonismo das mulheres no projeto. Por meio de suas lentes, lançam outros olhares para seu cotidiano, contrapondo preconceitos e representações negativas presentes na comunicação tradicional e fortalecendo as ações em prol da visibilidade afirmativa e da luta por direitos.

Reuniões periódicas definem os temas a serem abordados. Também há uma checagem das denúncias enviadas pelos parentes de outros territórios e demais seguidores, inclusive vídeos e fotografias. Muitas coberturas são sobre pautas vinculadas direta ou indiretamente às causas de todas as etnias, independente da região do país, e até sobre temas internacionais que impactem seus cotidianos, como foi o caso da pandemia recente.

Festividades e tradições culturais das aldeias encontram espaços nas matérias, vídeos e *podcasts*, assim como as pautas ligadas ao meio ambiente, preservação dos recursos naturais, denúncias de ataques sofridos geralmente por garimpeiros e madeireiros, discussões políticas acerca da demarcação das terras, ou mesmo questões comportamentais, como a temática LGBTQIA+, além de várias campanhas de conscientização e cobertura das ações das lideranças locais, dos ativistas com alcance nacional e dos indígenas que ocupam cadeiras nas casas legislativas, em todo o país.

As trocas de informações entre as nações indígenas vão além do envio de sugestões de pautas, incluindo o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos, inclusive



por meio da realização de oficinas de produção textual, fotografia, vídeo ou de conscientização e ativismo político. O projeto sobrevive por meio do apoio de parceiros e instituições que fazem contribuições financeiras, garantindo a manutenção das ações e a independência das opiniões e posições políticas (MÍDIA ÍNDIA, 2017).

### Considerações finais

Após séculos de silenciamento e vilipêndio, os povos originários do Brasil estão conquistando visibilidade para suas causas e culturas, por meio especialmente dos espaços que eles mesmos têm construído, abrindo novas frentes de luta e canais de vozes diversas. Valendo-se da comunicação contra-hegemônica, contam sua própria história e se reconhecem no que vêem nas telas, seja no que foi produzido localmente, seja nas imagens de outros povos irmãos também marginalizados, convidando-os à resistência e fortalecimento identitário. É por meio dessa comunicação do oprimido que eles vão conquistando a demarcação de telas, fazendo frente aos grandes latifundiários midiáticos, contando sua história e desfazendo preconceitos.

A crescente popularização da internet móvel, aliada aos avanços tecnológicos, como a incorporação de dispositivos de mídia aos smartphones, a maior qualidade de gravação audiovisual e uma maior velocidade de transmissão abriram de vez uma porta que, ao que parece, não deve mais se fechar. Basta uma pesquisa rápida, pelas plataformas de streaming, ou pelas redes sociais para vermos o crescente número de páginas e perfis de indígenas de todo o Brasil, os quais podem se unir a outros para produzir conteúdo, ou manter interessantes projetos individuais de qualidade.

*Rappers* indígenas nas plataformas de música; *videomakers* e cineastas; advogados, escritores, ativistas políticos e estudantes universitários, entre outros, vão ocupando seus espaços no mundo virtual, falando para os seus, mas também para o mundo. Somam-se a eles uma profusão de páginas, especialmente no Twitter ou no Instagram, com temas que vão do artesanato tradicional, o cotidiano e as línguas à culinária nativa, inclusive com a divulgação de receitas. Alguns perfis de fotógrafos indígenas se dedicam a registrar e divulgar modelos femininas de várias aldeias e povos, contribuindo para o aumento da autoestima e a reafirmação de suas identidades. Festivais e concursos de cinema e fotografia organizados pelos próprios integrantes das comunidades são cada vez mais comum. Ao que tudo indica, quem foi silenciado por séculos tem muito a dizer.

**Referências**

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019;
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980;
- BRASIL, K. Mídia Índia é reconhecida com o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos da Espanha. **Amazônia Real**. Manaus, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/> Acesso em 05 de junho de 2022;
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003;
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013;
- COUTINHO, E. G. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014;
- CUNHA, M. C. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012;
- DOWNING, J. D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2004;
- MACHADO, A. **Máquina e Imaginário – O desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: EDUSP, 1996;
- MÍDIA ÍNDIA: O futuro é através da comunicação. **Mídia Ninja**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/news/midia-india-o-futuro-e-atraves-da-comunicacao/> Acesso em 05 de junho de 2022;
- MORAES, D. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013;
- OLIVEIRA, B. P. **Mídia índio(s): comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, 2014;
- PESSOA, J. M. **Cultura popular: gestos de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018;
- PINHEIRO, J. Aldeia Digital: Uma Análise do Projeto Índios OnLine. In: DEL BIANCO, N. R.; BARBOSA, M. C. S.; PEREIRA, A. C. B. R. (Orgs.). **Anais do XIII Congresso de Comunicação da Região Nordeste – Maceió, 2011: quem tem medo da pesquisa empírica?** São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: [intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0733-1.pdf](http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0733-1.pdf) Acesso em: 02 de junho de 2022;
- SODRÉ, M. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2010.